



Simulação de Direito Eleitoral TRE-BA

Olá queridos alunos,

Aqui quem fala é o Prof. Bruno Oliveira e é com grande alegria que disponibilizo esse **Simulação de Direito Eleitoral** feito com imenso carinho baseado no Edital TRE/BA. Antecipo para dizer que esse simulado está focado nos três principais cargos: TJAA, AJAA e AJAJ.

Tente fazê-lo sem usar nenhum material de consulta.

O gabarito será disponibilizado amanhã, segunda-feira, às 20hs.

Qualquer recurso poderá ser enviado para contato@eleitoralcombruno.com.br a partir das 21hs.

Quero antecipar que no meu site www.eleitoralcombruno.com.br possui Cursos de Regimento Interno, Súmulas do TSE e Direito Eleitoral (Teoria e Questões). Visitem e desfrutem!

Bom simulado e até mais.

Prof. Bruno Oliveira

34-992161829

Questão 1

O Direito Eleitoral, precisamente, dedica-se ao estudo das normas e procedimentos que organizam e disciplinam o funcionamento do poder de sufrágio popular, de modo a que se estabeleça a precisa inadequação entre a vontade do povo e a atividade governamental.

RIBEIRO, Fávila. Direito Eleitoral, Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 04.

De acordo com essa introdução, assinale a alternativa incorreta sobre os conceitos e fontes do direito eleitoral:

- a) O Direito Eleitoral é ramo do direito público, constituído por normas e princípios disciplinadores do alistamento, da convenção partidária, do registro de candidaturas e demais procedimentos eleitorais.
- b) Incumbe ao Direito Eleitoral tratar sobre a organização da justiça e do Ministério Público Eleitoral, porém seu objeto não se esgota nesse tratamento.
- c) Não menos indiscutível é asseverar que o Direito Eleitoral adquiriu autonomia científica, didática, salvo a normativa.
- d) A Constituição Federal é fonte suprema do Direito Eleitoral.
- e) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e Direito Eleitoral.

Questão 2

Os partidos políticos são associações de pessoas, unidas por uma ideologia ou interesses comuns, que, organizadas estavelmente, influenciam a opinião popular e a orientação política do país.

Bulos, Uadi Lammêgo. Curso de Direito Constitucional, São Paulo: Saraiva, 2007, p. 707.

Sobre o processo de criação de partidos políticos, indique a alternativa correta:

- a) A fundação de um partido político ocorrerá por, no mínimo 101 eleitores, com domicílio eleitoral em, pelo menos metade dos Estados.
- b) Partidos políticos com caráter nacional, estadual e municipal poderão requerer a criação de partidos, haja vista o princípio da liberdade partidária.
- c) O partido político deverá comprovar apoio mínimo de eleitores, sendo filiados ou não filiados a outros partidos políticos.
- d) A aquisição de personalidade jurídica postergará o registro de estatuto no Tribunal Superior Eleitoral.
- e) Há limitação temporal para comprovar o apoio mínimo de eleitores.

Questão 3

O caput do artigo 17 da Constituição Federal determina que é livre a criação, a fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana.

Percebe-se, então, a marca do princípio da liberdade partidária na formação dos partidos políticos nacionais. Sobre a fusão e a incorporação de partidos, assinale a alternativa correta:

- a) Por decisão de seus órgãos nacionais de deliberação, dois ou mais partidos poderão fundir-se num só ou incorporar-se um ao outro.
- b) No caso de incorporação, observada a lei civil, caberá ao partido incorporando deliberar por maioria de votos, em seu órgão nacional de deliberação, sobre a adoção do estatuto e do programa da outra agremiação.
- c) Fica suspenso, junto ao Ofício Civil e ao Tribunal Superior Eleitoral, o registro do partido que, na forma de seu estatuto, se dissolva, se incorpore ou venha a se fundir a outro.
- d) Somente será admitida a fusão ou a incorporação de partidos políticos que hajam o registro definitivo do Tribunal Superior Eleitoral há, pelo menos, 3 (três) anos.
- e) No caso de incorporação, o instrumento respectivo deve ser levado ao Ofício Civil competente, que deve, então, suspender por 2 (dois) anos o registro do partido incorporado a outro.

Questão 4

A Lei dos Partidos Políticos destinou os artigos 23 a 25 a tratar do tema fidelidade partidária, ocasião em que dispôs que a responsabilização por violação dos deveres partidários deve ser apurada e punida pelo competente órgão, na conformidade do que disponha o estatuto de cada partido. Quanto à fidelidade e infidelidade partidária, assinale a alternativa correta:

- a) O partido político interessado não pode pedir, perante a Justiça Eleitoral, a decretação da perda de cargo eletivo em decorrência de desfiliação partidária sem justa causa.
- b) O prazo de filiação partidária não sofreu alteração com a edição da Lei 13.165/2015.
- c) É considerada justa causa para desfiliação partidária a grave discriminação pessoal.
- d) Considera-se período de janela partidária, a mudança de partido efetuada durante o período de vinte dias que antecede o prazo de filiação partidária exigido em lei para concorrer à eleição, majoritária ou proporcional, ao término do mandato vigente.
- e) As normas para infidelidade partidária não atingem os cargos eletivos majoritários.

Questão 5

A Justiça Eleitoral brasileira foi criada sob a inspiração de Getúlio Vargas, por meio do Decreto nº 21.076 de 21/02/32 e constou, pela primeira vez, expressamente no texto da Constituição Federal de 1934. A sua criação esteve calcada na ideia segundo a qual os pleitos deveriam ser mais transparentes e se destinada a Justiça Eleitoral, de uma vez por todas, a coibir as fraudes até então existentes no processo eleitoral brasileiro.

De acordo com a composição e competência dos órgãos da Justiça Eleitoral, indique a alternativa incorreta:

- a) Até o dia 19 de dezembro do ano em que ocorrerem as eleições presidências e regionais ou gerais, os Tribunais Eleitorais deverão designar três magistrados – denominados juízes auxiliares – para apreciação de reclamações ou representações e dos pedidos de direito de resposta.
- b) Integra o Tribunal Superior Eleitoral dois advogados com mais de 10 anos de atividade jurídica que serão indicados pelo Supremo Tribunal Federal e nomeados pelo Presidente da República.
- c) É competência do Tribunal Superior Eleitoral aprovar a divisão dos Estados em zonas eleitorais ou a criação de novas zonas.
- d) Os Tribunais Regionais Eleitorais serão compostos de 7 (sete) magistrados, os quais exercerão o mister jurisdicional por 2 anos, vedada a recondução por igual período.
- e) Quando houver dissídio jurisprudencial, cabe recurso especial ao Tribunal Superior Eleitoral.



Questão 6

As Juntas Eleitorais ou Juntas Apuradoras compõem a Justiça Eleitoral Brasileira. De acordo com o disposto no Código Eleitoral, julgue as assertivas:

- I. As Juntas Eleitorais são compostas por três ou cinco integrantes.
 - II. Os cidadãos nomeados para compor as juntas eleitorais serão dispensados do serviço, mediante declaração expedida pela Justiça Eleitoral, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias convocados.
 - III. Fiscais e delegados de partidos políticos não podem ser nomeados membros das Juntas Eleitorais.
 - IV. Poderá ser instalada, excepcionalmente, mais de uma Junta por Zona Eleitoral.
- a) Todas estão incorretas.
 - b) Somente a II e IV estão corretas.
 - c) Todas estão corretas.
 - d) Somente a II, III e IV estão corretas.
 - e) Somente a I está incorreta.

Questão 7

A Resolução 21.538/2003 regulamenta os procedimentos realizados nos cartórios eleitorais brasileiros, tais como: alistamento, transferência, revisão e emissão de segunda via. Sobre esses procedimentos, indique a alternativa correta:

- a) O cadastro eleitoral é fechado no período de cem dias que antecede as eleições, portanto nesse interregno é vedada transferência, revisão, alistamento e emissão de segunda via.
- b) O Requerimento de Alistamento Eleitoral será preenchido sob a operação revisão (Operação 5) sempre que o eleitor necessitar alterar o lugar de votação no mesmo município.
- c) São requisitos para transferência eleitoral: transcurso de pelo menos 1 ano do alistamento ou da última transferência, prova de no mínimo 3 (três) meses no novo domicílio, prova de quitação com a Justiça Eleitoral e preenchimento do DTE (Documento de Transferência Eleitoral).
- d) O alistamento eleitoral é obrigatório para todos os brasileiros natos e naturalizados de ambos os sexos.
- e) O pedido de segunda via pode ser feito em ano eleitoral até o prazo limite para fechamento do cadastro eleitoral.

Questão 8

Encerrada a fase do alistamento eleitoral, os partidos políticos podem realizar atos político-partidários, cuja finalidade precípua é a escolha de candidatos para concorrerem aos cargos eletivos definidos em lei, assim como deliberar sobre eventual coligação partidária.

Segundo o que estabelece a Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) sobre as convenções partidárias, coligações e registro de candidatos, assinale a alternativa incorreta:

- a) É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas



coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidárias.

b) Ao postulante a uma vaga de candidato é permitido o uso da propaganda no âmbito interno do partido, no período de quinze dias que antecedem a realização das convenções partidárias.

c) Nos municípios de até 100 mil eleitores cada coligação poderá registrar candidatos a Vereador no total de até 200% do número de lugares a preencher.

d) A escolha de candidatos e a deliberação sobre as coligações serão feitas entre o período de 20 de julho a 05 de agosto do ano eleitoral.

e) O pedido de registro de candidatos escolhidos em convenção partidária deverá ser formulado até às dezenove horas e trinta minutos do dia 15 de agosto do ano em que se realizarem as eleições.

Questão 9

De acordo com o Sistema Eletrônico de Votação adotado no Brasil, assinale a alternativa incorreta:

a) O Brasil, adota, prioritariamente, o sistema eletrônico de votação em todas as seções eleitorais.

b) Na votação eletrônica, a urna sempre exibirá para o eleitor, primeiramente, os painéis relativos às eleições proporcionais e, em seguida, às eleições majoritárias.

c) Na votação eletrônica, o eleitor digita o número do candidato ou o número da legenda partidária. Ao aparecer no painel da urna a fotografia do candidato e o nome do partido, bem como a sigla da agremiação partidária, com o respectivo cargo disputado, ele poderá confirmar o voto e terá cumprido o seu dever cívico-eleitoral.

d) No caso de não funcionamento das urnas eletrônicas, terá de ser utilizado o método tradicional de cédulas de uso contingente, de acordo com modelo definido pelos Tribunais Regionais Eleitorais.

e) Computar-se-ão, na votação para as eleições proporcionais, apenas para a legenda partidária, os votos em que não seja possível a identificação do candidato, desde que o eleitor tenha digitado o número identificador do partido.

Questão 10

É de cabedal importância que a arrecadação de recursos e gastos eleitorais estejam em consonância com os princípios da moralidade e legalidade. A arrecadação e aplicação de recursos eleitorais, assim como a prestação das respectivas contas à Justiça Eleitoral, devem estar de acordo com as regras contidas na Lei das Eleições. Sobre essas regras, assinale a alternativa correta:

a) Doações por cartões de crédito e de débito não poderão ser arrecadadas para custear as despesas de campanhas eleitorais.

b) O Supremo Tribunal Federal, em decisão recente, autorizou as doações de pessoas jurídicas para as campanhas eleitorais.

c) Sem a obtenção da inscrição do candidato no CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica), não é possível dar início à arrecadação de recursos financeiros ou estimáveis



em dinheiro para serem utilizados na campanha eleitoral, mas a ausência do CNPJ poderá ser suprida pela prova de abertura de conta bancária.

d) As doações feitas por um candidato a outro submetem-se ao limite de 10% do rendimento bruto auferido pelo doador no ano anterior às eleições.

e) O Tribunal Superior Eleitoral deverá consolidar as informações sobre as doações registradas até 31 de dezembro do exercício financeiro a ser apurado.

Questão 11

Sobre a prestação de contas das campanhas eleitorais, assinale a alternativa incorreta:

a) Deverão ser prestadas contas da movimentação financeira da campanha à Justiça Eleitoral até o trigésimo dia após a data da eleição ou, em havendo dois turnos, até o vigésimo dia posterior à eleição referente ao primeiro turno.

b) Fica dispensada de comprovação na prestação de contas, a cessão de bens móveis, limitada ao valor de R\$4.000,00 (quatro mil reais) por pessoa cedente.

c) A Lei das eleições exige a divulgação em sítio criado pela Justiça Eleitoral na rede mundial de computadores de recursos em dinheiro recebidos para funcionamento de sua campanha eleitoral em até 72 horas de seu recebimento.

d) A Justiça Eleitoral adotará sistema simplificado de prestação de contas para candidatos que apresentarem movimentação financeira correspondente a, no máximo, R\$20.000,00 (vinte mil reais).

e) Ao apreciar as contas eleitorais, a Justiça Eleitoral decidirá pela aprovação, aprovação com ressalvas, desaprovação e não prestação.

Questão 12

Em relação à prestação de contas partidárias previstas na Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/1995), julgue as assertivas:

I. As agremiações partidárias precisam, anualmente, de forma discriminada e detalhada, apresentar à Justiça Eleitoral o balanço contábil do exercício findo até 30 (trinta) de abril do ano seguinte.

II. Os partidos políticos não podem receber doações e contribuições de recursos financeiros ou estimáveis em dinheiro de entidades ou governos estrangeiros.

III. As sobras de campanhas eleitorais, em recursos financeiros ou estimáveis em dinheiro, devem ser contabilizadas como receita do exercício em que ocorrer a sua apuração.

a) Somente II está correta.

b) Todas estão corretas.

c) Somente I e II estão corretas.

d) Todas estão incorretas.

e) Somente III está correta.

Questão 13

Incumbe à Justiça Eleitoral decidir sobre a regularidade das contas dos partidos políticos. A Justiça Eleitoral decidirá pela aprovação; aprovação com ressalvas e desaprovação.



Sobre o julgamento das contas partidárias pela Justiça Eleitoral e sanções em caso de desaprovação, assinale a alternativa incorreta:

- a) As contas partidárias deverão ser julgadas em até 5 (cinco) anos de sua apresentação.
- b) A sanção por desaprovação será aplicada exclusivamente à esfera partidária, mas não suspenderá o registro ou anotação de seus órgãos de direção partidária, nem tornarão devedores ou inadimplentes os respectivos responsáveis partidários.
- c) Nos casos de não apresentação das contas partidárias, haverá sanção de multa de até 100% do valor que foi contabilizado indevido.
- d) A sanção por desaprovação deverá ser aplicada de forma proporcional e razoável, pelo período de um a doze meses, sendo o pagamento realizado por meio de desconto nos futuros repasses de cotas do Fundo Partidário.
- e) A desaprovação das contas do partido trará exclusivamente a sanção de devolução da importância apontada como irregular, acrescida de multa de até 20% (vinte por cento).

Questão 14

Em relação às mudanças promovidas pela edição da Lei 13.165/2015, assinale a alternativa correta:

- a) A escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações deverão ser feitas no período de 20 de julho a 15 de agosto do ano em que se realizarem as eleições.
- b) Para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de, pelo menos, um ano antes do pleito, e estar com a filiação deferida pelo partido no mesmo prazo.
- c) Até vinte dias antes da data das eleições, os Tribunais Regionais Eleitorais enviarão ao Tribunal Superior Eleitoral, para fins de centralização e divulgação de dados, a relação dos candidatos às eleições majoritárias e proporcionais, da qual constará obrigatoriamente a referência ao sexo e ao cargo a que concorrem.
- d) Os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até as dezenove horas e trinta minutos do dia 15 de agosto do ano em que se realizarem as eleições.
- e) A idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data da posse, inclusive quando fixada em dezoito anos.

Questão 15

A lei 13.165/15 de 29 de setembro de 2015, finalizou a reforma política promovendo várias alterações nas leis: 9.504/1997 (lei das eleições), lei nº 9.096/1995 (lei dos partidos políticos) e lei nº 4.737/1965 (Código Eleitoral). Em relação a essas alterações, indique a alternativa incorreta:

- a) Os limites de gastos de campanha, em cada eleição, são os definidos pelo Tribunal Superior Eleitoral com base nos parâmetros definidos em lei.
- b) Na propaganda dos candidatos a cargo majoritário deverão constar, também, os nomes dos candidatos a vice ou a suplentes de senador, de modo claro e legível, em tamanho não inferior a 10% (trinta por cento) do nome do titular.
- c) O descumprimento dos limites de gastos fixados para cada campanha acarretará o pagamento de multa em valor equivalente a 100% (cem por cento) da quantia que



ultrapassar o limite estabelecido, sem prejuízo da apuração da ocorrência de abuso do poder econômico.

d) O partido ou candidato que receber recursos provenientes de fontes vedadas ou de origem não identificada deverá proceder à devolução dos valores recebidos ou, não sendo possível a identificação da fonte, transferi-los para a conta única do Tesouro Nacional.

e) O Tribunal Superior Eleitoral, após a consolidação das informações sobre os valores doados e apurados, encaminhá-las-á à Secretaria da Receita Federal do Brasil até 30 de maio do ano seguinte ao da apuração.

